

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Estadual no. 3.093, de 18 de dezembro de 1972, e regida pelo seu Estatuto, pela Lei no. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pela Lei no. 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis. Tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia e poderá, tendo em vista o seu objeto social, criar ou extinguir agências e filiais, departamentos ou escritórios administrativos, técnicos ou de representação dentro do Estado da Bahia ou fora dele.

A CBPM tem por objeto a pesquisa, a prospecção e qualquer forma de aproveitamento econômico de minérios, podendo:

- Prestar serviços técnicos e administrativos ao Estado da Bahia;
- Prestar assistência técnica e administrativa a mineradores particulares;
- Executar projetos próprios de pesquisa mineral;
- Executar a lavra, o beneficiamento e a comercialização de bens minerais, bem como o desempenho de atividades correlatas e/ou complementares, inclusive industriais, que se enquadrem nos seus objetivos.

Para consecução dos seus objetivos e suas finalidades a CBPM poderá:

- Requerer a autorização para pesquisa mineral;
- Requerer concessão para lavra das jazidas que ofereçam melhores possibilidades econômicas;
- Negociar com terceiros os direitos minerários de sua titularidade, sobretudo aqueles em fase de concessão de lavra, uma vez configurada a exequibilidade de seu aproveitamento econômico e conveniência financeira;
- Celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A Companhia é o agente indutor do desenvolvimento do setor mineral no Estado da Bahia. Sua atuação é centrada na ampliação e aprimoramento do conhecimento geológico do território baiano, na identificação e pesquisa de seus recursos minerais e no fomento ao seu aproveitamento, atraindo, para este fim, a iniciativa privada.



A Companhia volta-se, também, para a execução de ações de cunho social, em convênio com prefeituras, associações e companhias, disponibilizando para as administrações municipais informações sobre o aproveitamento dos bens minerais existentes, como fator de melhoria das condições de vida da população.

Atualmente as principais fontes de receitas da Companhia estão vinculadas:

- a) Ao Contrato de Arrendamento de Direito Minerários, subscrito com a empresa Atlantic Nickel Mineração Ltda, datado de 03 de março de 2008, relacionado à transferência de direitos minerários da jazida de minério de níquel. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2025, foi de R\$32.508.457. (No exercício de 2024 este montante foi de R\$29.160.724.). A Atlantic Nickel exporta integralmente a sua produção, portanto, as receitas da CBPM em relação ao referido contrato estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio.
- b) Ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, subscrito com a empresa Santa Luz Desenvolvimento Mineral LTDA, datado de 18 de janeiro de 2005, relacionado ao arrendamento das jazidas de Ouro e contrato de cessão de direitos minerários 030/2014 assinado em 06 de agosto de 2014. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2025, foi de R\$15.657,583 (No exercício de 2024 montou R\$9.364.485). Considerando que a Santa Luz. exporta quase que integralmente a sua produção, as receitas da CBPM, em relação ao Contrato de Arrendamento e Pagamento de *Royalties* mencionado, também estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. A Santa Luz Desenvolvimento Mineral LTDA até 2025 era controlada pela empresa canadense Equinox Gold Corp, e negociou suas operações com a chinesa CMOC Group. no ano de 2026.
- c) Ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, subscrito com a empresa Largo Vanádio de Maracás S.A., datado de 16 de setembro de 2013, relacionado à transferência de direitos minerários das jazidas de vanádio. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2025, foi de R\$14.353.240 (No exercício de 2024 montou R\$18.014.525). Considerando que a Largo Vanádio de Maracás S.A. exporta quase que integralmente a sua produção, as receitas da CBPM, em relação ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties* mencionado, também estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. A Largo Vanádio de Maracás é uma companhia controlada pela empresa canadense Largo Resources Ltd.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, que é também a moeda corrente nacional, e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, com observância



da NBC TG 1000 (R1) bem como as exigências requeridas por outras legislações que lhe sejam aplicáveis, como regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As principais políticas aplicadas no preparo destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações irrelevantes não foram incluídas nas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais áreas que requerem maior nível de julgamento referem-se às provisões para perdas com devedores duvidosos e para contingências, e impostos diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados. A Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho das causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela Administração na elaboração das demonstrações contábeis.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional adotada pela Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que essa moeda é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida.

2.2 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata, ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando evitar eventuais perdas, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados consoantes a seguir: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – São os ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes a caixa e contas a receber de clientes. (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda – Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis – São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses, após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os passivos financeiros da Companhia estavam compostos por contas a pagar a fornecedores.



2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de mercado. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.4 Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada, quando aplicável, são avaliados pela equivalência patrimonial, as pequenas participações permanentes em outras empresas são registradas ao custo. Ambos estão ajustados, quando julgado necessário, por provisão para desvalorização de investimentos.

2.5 Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização acumuladas. Tais encargos são reconhecidos de forma a reduzir o custo ao valor dos ativos, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada com base no método linear, conforme demonstrado a seguir:

- Edificações: 25 anos;
- Instalações, Móveis e utensílios, Aparelhos e Ferramentas: 10 anos;
- Veículos e Equipamentos de processamento de dados: 5 anos.

Ativos integrantes do imobilizado são baixados quando ocorre a alienação ou quando nenhum benefício econômico é esperado pelo uso continuado do bem. Os ganhos ou perdas oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado, são determinados pela diferença entre a receita auferida, quando aplicável, e o respectivo valor residual do ativo e reconhecidos no resultado do exercício. Dispêndios subsequentes a aquisição de um ativo imobilizado, somente são capitalizados quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

2.6 Intangíveis

Os ativos intangíveis reconhecidos pela Companhia estão representados, substancialmente, por ativos minerários em exploração, e no exercício de 2025 estão mensurados pelos custos incorridos com pesquisas minerárias, diminuído de exaustão acumulada. A exaustão é calculada com base nos prazos de vigência dos contratos de arrendamentos/*royalties* e apropriada ao resultado do exercício.

Em Intangíveis Minerários em Andamento são contabilizados os valores decorrentes da exploração e avaliação de recursos minerais depois da obtenção do direito de exploração mineral, direitos estes denominados Títulos Minerários. E são reconhecidos para fins de mensuração do ativo quando emitido relatório de avaliação positivo pela gerência do projeto – considerando a probabilidade de viabilidade técnica e benefício econômico futuro, destacando os documentos outorgados pela ANM – identificação das áreas pela Agência Nacional de Mineração. Depois de aprovada a viabilidade técnica pela ANM, são concluídas: a contabilização dos gastos e o alcance dessa Política Contábil. Complementarmente, a Administração da CBPM ressalta que adotou as rotinas contábeis e de controles internos, conforme enfoque patrimonial para que sejam reconhecidos os elementos do custo de ativos de exploração e avaliação e o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro CPC 00(R2), CPC 26 e SNC Nº 20/2009 CVM.

2.7 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. A receita compreende o valor presente de direitos oriundo de contratos de arrendamentos e de direitos a *royalties* e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para os clientes. A Companhia adota como política de reconhecimento da receita, portanto, a data em que os benefícios inerentes aos contratos de arrendamentos/*royalties* são entregues aos seus clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício, quando aplicável, compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações contábeis. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de imposto sobre a renda e da contribuição social, com relação às situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações. Reconhece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis e quando existem créditos fiscais sobre prejuízos acumulados.

2.9 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões se referem aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. As obrigações são atualizadas de acordo com a evolução e avaliação dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos e podem ser revertidas caso as estimativas de perdas não sejam mais prováveis, ou baixada quando as obrigações forem liquidadas.

Essas provisões, quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a Administração considera que tais provisões são suficientes para atender às perdas decorrentes relacionadas com os respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até transitar em julgado, quando não couberem mais recursos, ou quando da sua prescrição.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000(R1), subscrita pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da Companhia também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a Companhia não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação dos procedimentos previstos nessa norma contábil.



4. DISPONIBILIDADES – CONTA ÚNICA DO TESOURO

Descrição	2025	2024
Conta Única do Tesouro Estadual –F 109	700	254.332
Conta Única do Tesouro Estadual - F213	3.714.408	14.859.071
Conta Única do Tesouro Estadual –F 226	-	134.855
Conta Única do Tesouro Estadual – F309	-	790
Conta Única do Tesouro Estadual – F613	534.616	12.918.847
Conta Única do Tesouro Estadual –F 626	134.856	1
TOTAL	4.384.580	28.167.897

Correspondem aos recursos de liquidez imediata da Companhia, mantidos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças “FIPLAN” do Governo do Estado da Bahia, sendo relativos: (a) saldos a executar pelos repasses das subvenções do Governo do Estado, e (b) *Royalties* creditados à Companhia, nos contratos de arrendamento existentes para exploração mineral.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2025			2024
	A Vencer	Vencidas	TOTAL	TOTAL
Atlantic Nickel	7.206.254	27.124	7.223.378	6.778.289
Largo Vanádio de Manacás	15.815.263	-	15.815.263	3.777.998
Santa Luz Desenvolvimento Mineral	1.492.174	4.330	1.496.504	1.187.060
B4F Mineração do Brasil S/A	330.289	-	330.289	158.228
Lagoa Matérias Primas	2.064	-	2.064	2.064
Cia. Brasileira de Bentonita	55.819	-	55.819	125.200
INCENOR	209.389	-	209.389	-
Telhaforte Ltda.	3.614	-	3.614	3.392
Indústria de Cerâmica Pérola Branca	-	-	-	1.850
M.M. Pedras Ltda. (Pedreira Petrolina)				-
Pedreira Santa Tereza	8.127	-	8.127	4.688
Céramus Bahia S/A	14.309	-	14.309	6.492
Mineração Caiçara				-
Portsmouth Participações Ltda.	1.080.919	-	1.080.919	1.231.768
Homerun Brasil Mineração LTDA	1.062.002	-	1.062.002	-
Pedra Cinza	-	10.083	10.083	10.083
Subtotal: circulante	27.280.224	41.536	27.321.760	13.287.110
Subtotal: não circulante*	3.124.329	68.857	3.193.186	2.704.612
Total	30.404.553	68.857	30.514.946	15.991.722

(*Ver nota explicativa 11)

6. CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS

Descrição	2025	2024
Adiantamento de Férias	481.470	439.219
Adiantamento a Funcionários	20.886	25.871
Total	502.356	465.090

Os adiantamentos de férias concedidos aos funcionários, serão compensados quando da concessão dos direitos ao gozo das férias para esses funcionários.

Os adiantamentos a funcionários referem-se a saldo negativo gerado na folha de pagamento.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	2025	2024
Impostos a Restituir – Riosam	105.384	102.553
INSS a Compensar	54.416	77.012
INSS A RESTITUIR	32.560	29.743
Imposto de Renda, Pis e Cofins a Recuperar	5.749	4.140
Imposto de Renda a Recuperar	90.996	-
Contribuição Social a Recuperar	36.465	-
Total	325.359	213.448

Refere-se a tributos e contribuições passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, atualizados de acordo com a legislação vigente.

8. OUTROS VALORES A RECEBER

Descrição		2024
INSS a Regularizar	237.878	228.433
PIS/COFINS/CSLL a regularizar	112.934	89.073
FGTS a Restituir	-	3.476
Outros Valores	-	6.839
FGTS a Ressarcir – Empregados	10.411	10.411
Imposto de Renda Retido a Regularizar	581.402	561.694
Total	942.625	899.926

Os valores de IRRF a INSS a Regularizar referem-se à quitação de INSS sobre folha de pagamento de salários, autônomos, e retido de pessoas jurídicas, cujas notas de ordens bancárias já foram emitidas, porém não foram feitas as autenticações dos DARFs por parte do banco, tendo a Companhia mantido os valores correspondentes às obrigações no passivo circulante. Após as comprovações dos pagamentos das guias, esta conta é baixada contra o passivo.

9. DEPÓSITOS RECURSAIS E CAUÇÕES

Descrição	2025	2024
Cauções	2.016.369	2.330.180
Depósito Recursal	2.952.384	6.839.909
Total	4.968.753	9.170.089

Os depósitos judiciais e cauções realizados pela Companhia estão relacionados com processos judiciais nas áreas trabalhista e cível. Com base no posicionamento da assessoria jurídica, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, provisões para perdas prováveis com esses processos, em montante considerado suficiente para cobrir os riscos reais de perdas (ver nota explicativa 20).

10. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Descrição	2025	2024
CSLL Diferida	12.772.993	12.234.279
IRPJ Diferido	35.480.537	33.984.107
Total	48.253.530	46.218.386

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em seu ativo realizável a longo prazo os créditos fiscais referentes ao imposto de renda e a contribuição social sobre os prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias, no montante de R\$ 46.218.386, sendo atualizado em 2025 para o valor de R\$ 48.253.530. Esse procedimento que foi adotado com a observância do Pronunciamento Técnico CPC 32 e está sustentado na expectativa de realização futura desses créditos fiscais com lucros tributáveis dentro dos próximos dez anos. Essa decisão da Administração da Companhia está sustentada no histórico de lucros obtidos nos últimos três exercícios e em provável expectativa de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade que indica a realização do ativo diferido contabilizado no mencionado prazo.

11. CONTAS A RECEBER DE LONGO PRAZO

Descrição	2025	2024
SIX HANDS ENGENHARIA	1.685.746	1.685.746
BAHIA NICKEL	870.091	870.091
LAGOA MATERIAS PRIMAS	79.919	79.919
INCENOR	488.574	-
MINERACAO CAICARA	46.918	46.918
PEDREIRA PETROLINA (M & M PEDRAS)	21.939	21.939
Total	3.193.186	2.704.612

Os créditos a receber da Six Hands Engenharia e Bahia Nickel referem-se a prêmio de oportunidades por assinatura de contrato de pesquisa complementar e promessa de pagamento de royalties, e estão aguardando definição se serão quitados em moeda corrente ou através de dação de bens como forma de pagamento. Os créditos a receber a INCENOR foram parcelados em 40 vezes, sendo 12 parcelas com vencimento em 2026 e 28 parcelas com vencimentos nos exercícios seguintes.

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição		2025	2024
Camaleão Mineração Ltda.	a)	1.608.455	1.608.455
Indústria de Calcário Sublime S/A	b)	591.871	591.871
(-) Camaleão Mineração Ltda.	a)	(1.608.455)	(1.608.455)
(-) Indústria de Calcário Sublime	b)	(591.871)	(591.871)
Ouro Não Beneficiado		522.075	355.242
Obrigações da Eletrobrás		43.383	43.383
Diamante Bruto		638	718
Total		566.096	399.344

Os créditos a receber junto às empresas Camaleão Mineração Ltda. e Indústria de Calcário Sublime, relativos a anos anteriores, estão com reconhecimento de provisão para perdas na totalidade dos valores envolvidos, considerando os riscos de não realização, em virtude dos processos judiciais em curso, quais sejam:

- Camaleão Mineração Ltda.: Ação judicial ingressada em 30.11.2016, processo 057881832.2016.8.05.0001;
- Indústria de Calcário Sublime S.A.: Ação judicial ingressada em 29.03.1996, processo 0009710-22.2006.8.05.0001.

13. CONVÊNIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2025	2024
Convênios com Prefeituras e Associações	1.414.755	1.414.755

Essa conta registra os recursos de subvenções recebidas do Estado da Bahia para aplicação em convênios com terceiros, para implantação de núcleos, e foram repassados às entidades conveniadas, principalmente prefeituras e associações. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 totalizava 22 convênios registrados e com saldos na contabilidade da Companhia, pendentes de homologação das respectivas prestações de contas, sendo:

Órgãos	Nº de Convênios
Prefeituras municipais	08
Associações	13
União Cultural	01
TOTAL	22

As prestações de contas desses convênios são acompanhadas pela Companhia e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE. A situação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte posição:

Situação em 31.12.2025	Nº.
Convênios enviado a TCE	03
Desaprovado pela TCE	01
Ajuizados pelo CBPM	14
Convênios em análises	04
TOTAL	22

14. INVESTIMENTOS

Descrição	2025			2024
	Custo Histórico	(-) Provisão para perdas	Líquido	Líquido
14.1 Participações Societárias				
<i>Participação em Coligadas e Controladas</i>				
Utinga Mineração Ltda.	53.616	-	53.616	53.616
<i>Participação em Outras Empresas</i>				
Largo Vanádio de Manacás S/A	561.454	(175.503)	385.951	387.457
Finor	16.124	-	16.124	16.124
Copernorte	12.296	(12.296)	-	-
Kordsa Brasil S/A (antiga Cobafi)	11.876	1.238	13.114	11.876
Bahiatura	4.094	(4.094)	-	-
Minerais Industriais do Nordeste	246	(246)	-	-
Prodeb	242	65	307	242
Embraer	10	-	10	10
Copene	9	-	9	9
Sub-total	659.968	(190.836)	469.132	469.335
14.2 Propriedades para Investimento				
Terreno em Lençóis	42.500	-	42.500	42.500
Fazenda Jurema Leste	28.127	-	28.127	28.127
Fazenda Samambaia	16.876	-	16.876	16.876
Fazenda Brejo do Mamoeiro	9.281	-	9.281	9.281
Fazenda Brejo	3.516	-	3.516	3.516
Obras de Arte	5.400	-	5.400	5.400
Sub-total	105.700	-	105.700	105.700
TOTAL	765.668	(190.836)	574.832	575.035

14.1 Participações societárias

As participações societárias, quando aplicável, estão demonstradas com o ajuste pela equivalência patrimonial.

A Companhia é controladora da empresa Utinga Mineração Ltda., que se encontra com suas atividades paralisadas desde janeiro de 1975.

A CBPM participa no capital social da Largo Vanádio de Maracás S/A, com a qual mantém um Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, que representa uma das maiores fontes de receita da Companhia.

14.2 Propriedades para Investimento

Imóveis próprios não de uso e obras de arte estão mensurados em conformidade ao CPC 28 - Propriedade para Investimento, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC



TG 28 (R3), que determina esses registros no grupo de contas de investimentos, totalizando R\$105.700. A valoração das propriedades para investimento considera o custo histórico de aquisição, sem ajustes decorrentes de encargos de depreciação.

15. IMOBILIZADO

REFERÊNCIA	2025			2024
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	2.962.801	(2.330.063)	632.738	700.268
Terrenos	697.449	-	697.449	697.449
Aparelhos e Ferramentas	5.809.536	(3.499.118)	2.310.417	2.760.170
Veículos	581.000	(581.000)	-	-
Instalações	2.740.164	(2.469.562)	270.602	175.402
Equipamentos de Informática	2.801.178	(2.452.194)	348.984	511.014
Móveis e Utensílios	1.388.886	(1.151.622)	237.264	195.310
Litoteca e Outros	528.951	(503.857)	25.094	26.983
Total	17.509.965	(12.987.417)	4.522.548	5.066.596

A movimentação do ativo imobilizado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é demonstrada a seguir:

	Saldos Líquidos 31/12/24	Adições/	(-) Baixas	Depreciação	(+) Baixa de depreciação	Saldos Líquidos 31/12/25
Edificações	700.268		(329.030)	(67.530)	329.030	632.738
Terrenos	697.449					697.449
Aparelhos e Ferramentas	2.760.170	73.408	(132.000)	(391.161)	-	2.310.417
Veículos	-	-	-	-	-	-
Instalações	175.402	132.000	(49.410)	(36.800)	49.410	270.602
Equipamentos de Informática	511.014	57.895	(268)	(219.925)	268	348.984
Móveis e Utensílios	195.310	128.712	(72.112)	(14.919)	273	237.264
Litoteca e Outros	26.983	-	(1.890)	-	-	25.094
Total	5.066.596	391.615	(584.710)	730.335)	378.981	4.522.548

16. INTANGÍVEL

REFERÊNCIA	2025			2024
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldos Líquidos	Saldos Líquidos
Software e Marcas	1.691.578	(281.454)	1.410.124	13.653
Ativos Minerários em Exploração	19.409.007	(16.899.192)	2.509.815	3.511.575
Ativos Minerários em Andamento	10.024.200	-	10.024.200	-
TOTAL	31.124.785	17.180.646	13.944.139	3.525.228



Os Ativos Minerário em Exploração apresentam o saldo de direitos minerários em processo de exploração por terceiros, mediante contratos de arrendamentos/*royalties*, com a transferência, pela Companhia, dos direitos de exploração das jazidas prospectadas, enquanto o direito minerário permanece sendo propriedade da Companhia, que corresponde, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, aos valores de R\$3.511.575 e R\$2.509.815 respectivamente.

Os custos dos ativos minerários em exploração são apropriados ao resultado mediante o procedimento de exaustão.

Os Ativos Minerários em Andamento foram capitalizados e mensurados de forma confiável às áreas específicas de acordo os gastos inseridos na mensuração inicial do ativo de exploração e avaliação fundamentado a probabilidade dos benefícios futuros que fluirão para a Companhia de acordo demonstração de viabilidade técnica e relatórios finais protocolados na ANM. São Direitos Minerários de Jazidas para extração de recursos minerais com relevante valor de mercado e fluxos de caixas futuros utilizados para promover o desenvolvimento econômico mineral do Estado, considerando que a realização dos fluxos de caixa depende de um investimento incremental de produção mineral.

A CBPM adota o nível mínimo no valor dos Ativos para submetê-los ao teste de recuperabilidade agrupando uma ou mais unidades geradoras de caixa, várias áreas ou grupos de substâncias mencionadas utilizando o método de avaliar ativos intangíveis, reconhecendo qualquer perda por redução do valor recuperável conforme a norma contábil e o método de Royalties baseado no mercado e de renda.

A movimentação dos ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é demonstrada a seguir:

Descrição	Intangível			Intangível 31/12/2025	Amortização e Exaustão 31/12/2024	Adições (Amortização, Exaustão e reclassificação)	Saldo 31/12/2025
	Saldo 31/12/2024	Adições	(-) reclassificação e baixa				
<i>Ativos minerários:</i>							
· Em exploração	19.409.007	-	-	19.409.007	(15.897.432)	(1.001.760)	2.509.815
Ativos Minerários em Andamento	-	10.024.201	-	10.024.201	-	-	10.024.201
Softwares	2.217.526	1.534.460	(2.063.373)	1.688.813	(2.206.294)	1.925.681	1.408.000
Marcas/patentes	2.965	-	-	2.965	(544)	(297)	2.124
Total	21.629.498	11.558.661	(2.063.373)	31.124.785	(18.104.270)	(1.282.670)	13.944.140

Exaustão:

A exaustão sobre os ativos minerários em exploração é apurada e apropriada ao resultado de acordo com os prazos de exploração de cada jazida mineral, constantes dos respectivos contratos de arrendamentos/*royalties*.

Teste de recuperação de ativos (“*Impairment*”):

A Companhia procedeu, para a data-base de 31 de janeiro de 2022, a análise sobre a recuperação dos valores registrados no seu ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*), através de empresa especializada contratada. A avaliação foi efetuada considerando o valor recuperável pelo



valor de custo, ou seja, determinando o valor recuperável resultante de uso dos bens que apresentou resultado maior do que o registrado na contabilidade, e teste pelo método de fluxos de caixa descontado, não reconhecendo nenhum ajuste contábil. Para a verificação do *impairment* segundo as regras do IAS 36, comparou-se o valor contábil líquido com o fluxo de caixa descontado. Nesse caso, também, o valor contábil foi menor que o fluxo de caixa futuro descontado, não havendo ajustes a serem considerados, conforme Laudo de Avaliação.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2025	2024
ANM – Taxa Anual de Pesquisa	321.465	1.852.399
Cofins	247.533	651.290
Pasep a Recolher	52.751	140.914
ISSQN a Recolher	3.934	1.649
Retenções na Fonte	643.388	597.737
Total	1.269.071	3.243.989

O valor de R\$643.388 refere-se às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2026. Parte deste valor corresponde às obrigações vencidas entre os meses de junho e de dezembro, resultantes de falha na integração do sistema da folha de pagamento com o E-Social. Já o valor de R\$321.465 refere-se à taxa anual por hectare a pagar à Agência Nacional de Mineração instituída pela Lei nº 7.886, de 20 de novembro de 1989, e é devida enquanto a Autorização de Pesquisa estiver válida.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2025	2024
INSS a Recolher	963.889	874.205
INSS Retido	29.275	25.924
INSS Autônomos	30.435	36.471
FGTS a Recolher	196.350	185.054
Total	1.219.949	1.121.654

O valor de R\$ 963.889 de INSS a recolher corresponde às obrigações sociais, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento de grande parte desse valor no mês de janeiro de 2025, sendo que o valor de R\$ 440.903 referente às obrigações sociais vencidas entre os meses de dezembro de 2021 até novembro de 2024 acrescido de juros e multas, resultantes de falha na integração do sistema da folha de pagamento com o E-Social.

19. PROVISÃO DE FÉRIAS

Descrição	2025	2024
Férias e Encargos Sociais	2.204.888	2.422.475



O saldo de férias a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados, devidos até o encerramento dos exercícios.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Descrição	2025	2024
Indenizações a Pagar - Processos Trabalhistas	6.760.228	5.724.746
Indenizações a Pagar – PIDV	8.648.819	13.978.337
TOTAL	15.409.047	19.703.083

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, para os quais vem apresentando defesas e recursos cabíveis, sendo que alguns desses processos não apresentam, nesse momento, uma definição clara quanto aos seus desfechos.

Com base nas avaliações e informações fornecidas pelos responsáveis da Assessoria Jurídica da Companhia, que identificou e avaliou os processos com expectativas de perdas prováveis e de perdas possíveis, a Administração provisionou em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$15.409.047, e em 31 de dezembro de 2024, o valor dessa provisão montou R\$ 19.703.083, composto, principalmente, por reivindicações de colaboradores que aderiram ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV, cujos processos, em 31 de dezembro de 2025, foram avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perdas prováveis.

Além desses processos, cujas perdas foram avaliadas como prováveis, a Companhia se defende judicialmente de outros litígios, cujas avaliações dos Assessores Jurídicos foram classificadas como de perdas possíveis. São 14 processos enquadrados nessa classificação, cujo valor total das causas monta R\$6.501.751,45.

21. SUBVENÇÕES – CUSTEIO E IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2025	2024
Implantação de Núcleos	1.414.756	1.414.756

Refere-se a subvenções repassadas pelo Governo do Estado da Bahia, para implantação de núcleos ligados aos artesanatos de minérios e para custeio, registradas em contas ativas e passivas conforme mencionados na nota explicativa nº 13.

As obrigações da Companhia, decorrentes desses recursos recebidos, são relativas ao recebimento das prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, e homologação das mesmas, com disponibilização da documentação correspondente ao Tribunal de Contas do Estado. A obrigação passiva junto ao Governo do Estado decorre das pendências de apresentação das referidas prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, para posterior homologação.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

Acionistas	Participações %	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	TOTAL
Governo do Estado da Bahia	99,991387	79.995.026	19.996.361	99.991.387
COELBA	00,004288	2.144	2.144	4.288
CPRM	00,002830	2.830	-	2.830
Pessoas físicas	00,001495	-	1.495	1.495
Total	100,000000	80.000.000	20.000.000	100.000.000

O Capital Social é de R\$100.000.000 é representado por 100.000.000 de ações nominativas no valor nominal de R\$1 cada, sendo 80.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais.

Cada ação dá ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não ensejam direito a voto, mas lhes são assegurados dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o lucro líquido, bem como prioridade na distribuição e no reembolso do capital social, pelo seu valor nominal, em caso de dissolução ou liquidação da Companhia.

É assegurado ao Governo do Estado da Bahia subscrever isoladamente ou em conjunto com entidades estaduais da administração indireta, um mínimo de 51% do capital social com direito a voto.

22.2 Prejuízos Acumulados

Descrição		2024
Prejuízos de Exercícios Anteriores	(16.862.156)	(6.329.330)
Resultado do Exercício	6.076.930	(10.532.826)
Total	(10.785.226)	(16.862.156)

23. TOTAL DA RECEITA BRUTA

DESCRIÇÃO		2024
Receitas de Arrendamento/ <i>royalties</i>	64.930.144	62.245.346
Levantamento Aerogeofísico/Venda de Editais	-	337.740
Prêmio de Oportunidades	1.000.000	500.000
Total	65.930.144	63.083.085

24. IMPOSTOS

DESCRIÇÃO	2025	2024
COFINS – Faturamento	(5.010.691)	(4.794.314)
PASEP	(1.087.847)	(1.040.871)
ISS	-	(16.887)
Total	(6.098.538)	(5.852.072)



25. CUSTOS

DESCRIÇÃO	2025	2024
Exaustão de Jazidas	(1.001.526)	(1.343.679)
Custos dos Serviços Prestados	-	
Total	(1.001.526)	(1.343.679)

A despesa com exaustão de jazidas no exercício de 2025, está representada pela amortização das jazidas minerárias responsáveis pela geração de receitas de royalties para a Companhia.

26. ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO		2024
Salários e Adicionais	7.729.554	9.102.998
Encargos Sociais	4.936.551	5.394.187
Serviços de Terceiros – Outros	11.747.515	10.863.913
Benefícios	3.910.954	3.898.836
Honorários com Encargos	2.328.063	1.948.995
Indenizações Trabalhistas	14.735.686	20.954.852
Despesas Gerais e Consumo	2.402.494	1.358.778
Tarifas	435.548	429.044
Despesas com Veículos	180.916	216.761
Total	48.407.281	(54.168.364)

27. GASTOS COM PESQUISA MINERAL

Descrição		2024
Salários e Adicionais	5.626.428	7.355.722
Encargos Sociais	3.270.695	4.026.388
Serviços de Terceiros - Outros	8.844.955	17.818.912
Despesas Gerais e Consumo	1.708.226	1.548.321
Despesas com Veículos	307.097	390.538
Total	19.757.401	(31.139.881)

28. TRIBUTÁRIAS

Descrição	2025	2024
AMN (DNPM) – Taxa para Autorização de Pesquisa	1.430.163	4.656.663
IPTU	556.918	165.639
COFINS sobre Receitas Financeiras	43.344	40.335
Custas Processuais	66.161	5.441
PIS/PASEP sobre Receitas Financeiras	7.043	6.554
CREA	9.540	13.995
Taxa Diversas	102.397	21.815
TFF	2.788	2.375
ITR	805	805
Licença Ambiental	18.903	-
Total	(2.238.063)	(5.246.622)



29. DESPESAS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Descrição	2025	2024
Reversão de Provisões Indenizações Trabalhistas	10.057.098	20.135.884
Recuperação de Despesas	940.992	115.755
Participação Societária Positiva	1.303	1.433
Provisão para Devedores Duvidosos		(1.199)
Participação Societária Negativa	(1.506)	(153.358)
Provisão Indenizações Trabalhistas	(5.763.062)	(4.352.783)
Outras Despesas Operacionais		(274)
Dividendos	-	26.206
Outros	(27.040)	(21.244)
Total	5.207.785	15.750.440

30. SUBVENÇÕES

DISCRIÇÃO	2025	2024
Subvenções para Custeio	10.146.318	8.346.555

Essas subvenções são previstas no orçamento fiscal da Companhia, que integra o orçamento fiscal do Estado da Bahia, sócio controlador, sendo esses recursos recebidos para executar despesas orçadas pela Companhia, através do sistema integrado do Estado da Bahia (FIPLAN).

31. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2025	2024
Receitas Financeiras	1.083.607	1.008.380
Correção Monetária Ativa	149.494	77.748
Juros sobre Depósitos Recursais/Cauções	444.801	362.734
Juros sobre Tributos a Compensar/Restituir	6.862	172.768
Multas Recebidas	315.598	217.220
Juros Recebidos	-	9
Outras Receitas Financeiras	166.852	177.902
Despesas Financeiras	(61.173)	338.379
Multas de Mora	(10.250)	(10.770)
Variação Monetária Passiva	(13.766)	(271.234)
Juros de Mora	(32.553)	(51.078)
Despesa Bancária	(4.605)	(4.162)
Outras Despesas Financeiras	-	(1.135)
Resultado financeiro	1.022.433	(670.002)

32. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no lucro real, por intermédio do levantamento de balancete de suspensão. A suspensão ou redução do pagamento do imposto devido mensal será factível a partir do instante em que se obtenha a comprovação por intermédio de balancetes mensais internos, que o montante dos tributos a pagar já tenha sido



integralmente pago. De acordo com a legislação fiscal, é possível que haja lucro tributário mesmo que o resultado contábil seja adverso.

O IRPJ e a CSLL diferidos são referentes a prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores, e de provisões. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos dez exercícios sociais.

33. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas pela administração da Companhia, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2024, são demonstrados a seguir:

Bens segurados Riscos cobertos Montante da cobertura:

Referência/cobertura	Valor
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	10.030.000
Danos elétricos	500.000
Subtração de bens	10.000
Danos Externos	500.000
Quebra de vidros	200.000
Recomposição de registros e documentos	10.000

34. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir a liquidez das suas operações e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo o seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.



a) Risco de crédito – A política de arrendamentos dos direitos de exploração de recursos minerais da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento dos valores a receber por arrendamentos e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes é inexistente, haja vista que esses recursos são mantidos em Conta Única do Tesouro do Estado da Bahia.

b) Risco de liquidez – A área financeira da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante é mantido em Conta Única do Tesouro Estadual. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha na Conta Única do Tesouro Estadual montante considerado pela sua Administração, suficientes para a pronta geração de entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Luís Otávio da Silva Borges
Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Silva Barbosa
Contador – CRC-BA 021200/O-1

